



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA TURMA

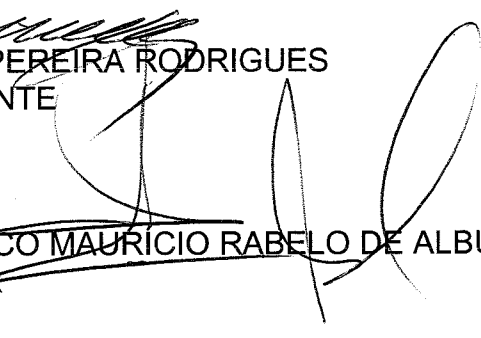
Processo nº : 10480.010177/98-54
Recurso nº : 201-115.788
Matéria : PIS – FATURAMENTO
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Recorrida : PRIMEIRA CÂMARA DO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Interessado : ATACADO DA CONSTRUÇÃO LTDA.
Sessão de : 27 DE JANEIRO DE 2004
Acórdão nº : CSRF/02-01.594

PIS – BASE DE CÁLCULO. O E. STJ no Recurso nº 240.938/RS, decidiu que a base de cálculo da Contribuição para o PIS é a de seis meses antes da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária, até o advento da MP nº 1.212/95. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL.

ACORDAM os Membros da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


EDISON PEREIRA RODRIGUES
PRESIDENTE


FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 25 MAI 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES; JOSEFA MARIA COELHO MARQUES; ROGÉRIO GUSTAVO DREYER; HENRIQUE PINHEIRO TORRES; DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA e OTACÍLIO DANTAS CARTAXO.

Processo nº : 10480.010177/98-54
Acórdão nº : CSRF/02-01.594

Recurso nº : 201-115.788
Recorrente : FAZENDA NACIONAL

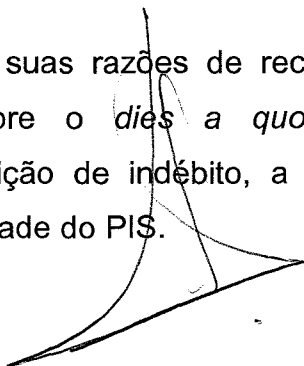
RELATÓRIO

À fl. 169, Acórdão nº 201-75.357 da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes concedendo, por unanimidade, parcial provimento ao recurso, de seguinte ementa:

PIS – DECADÊNCIA – SEMESTRALIDADE - BASE DE CÁLCULO
– 1) A decadência do direito de pleitear a compensação/restituição tem como prazo inicial, na hipótese dos autos, a data da publicação da Resolução do Senado Federal que retira a eficácia da lei declarada inconstitucional (Resolução do Senado Federal nº 49, de 09/10/95, publicada em 10/10/95). Assim, a partir de tal data, conta-se 05 (cinco) anos até a data do protocolo do pedido (termo final). *In casu*, não ocorreu a decadência do direito postulado. 2) A base de cálculo do PIS, até a edição da MP nº 1.212/95, corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador (Primeira Seção do STJ – Resp nº 144.708 – RS e CSRF). Aplica-se este entendimento, com base na LC nº 07/70, aos fatos geradores ocorridos até 29 de fevereiro de 1996, consoante o que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da IN SRF nº 06, de 19/01/2000. **Recurso parcialmente provido.**

Às fls. 176/182, Recurso Especial de Divergência interposto pela Fazenda Nacional, sob o argumento de que o Acórdão recorrido contrariou entendimento da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária a respeito da matéria decidida, tendo sido juntada cópia do Acórdão paradigma de nº 202-11.107.

Em suas razões de recurso, muito embora o acórdão recorrido tenha versado sobre o *dies a quo* do prazo decadencial para pleitear compensação/restituição de indébito, a Fazenda Pública insurgi-se tão-somente quanto à semestralidade do PIS.



Processo nº : 10480.010177/98-54
Acórdão nº : CSRF/02-01.594

Aduz, com esteio no acórdão paradigma, que o parágrafo único do artigo 6º da LC nº 07/70 não se refere à base de cálculo, e sim a prazo de recolhimento do tributo, haja vista que, no seu entender, o faturamento de um mês não é grandeza hábil para medir a atividade empresarial de seis meses depois. Ao final, propugna pela reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja mantido o *decisum* de primeiro grau.

Às fls. 192/195, Despacho nº 201.787 admitindo o seguimento do Recurso.

Às fls. 200/204, Contra-razões de Recurso defendendo a semestralidade, transcrevendo jurisprudência do E. STJ, do Segundo Conselho de Contribuintes e desta Colenda Câmara.

É o relatório.



Processo nº : 10480.010177/98-54
Acórdão nº : CSRF/02-01.594

VOTO

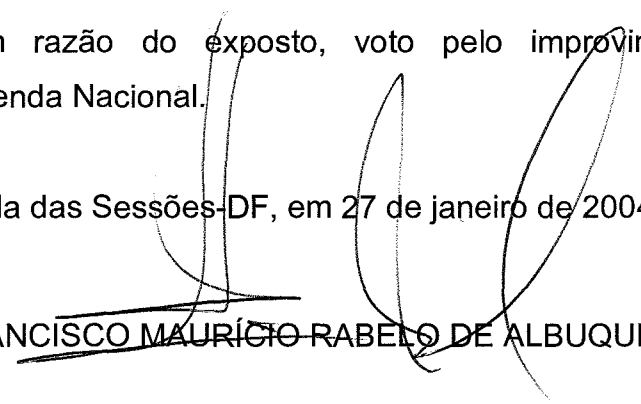
Conselheiro Relator FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA:

O Recurso preenche condições de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

A matéria já está pacificada no âmbito deste Conselho, a partir do entendimento do E. STJ de que a base de cálculo do PIS é a de seis meses antes da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária, até o advento da MP nº 1.212/95.

Em razão do exposto, voto pelo improvimento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

Sala das Sessões-DF, em 27 de janeiro de 2004.


FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA